

Notas do Prefácio e Introdução

1. LOUREIRO; 1985; 21
2. DURKHEIM; 1980; 72
3. UNESCO
4. HAAG; 1981; 11
5. idem; ibidem
6. MIALARET; 1979; 192
7. HAAG; 1981; 24
8. idem; ibidem; 13

CAPÍTULO I A PROCURA SOCIAL DA EDUCAÇÃO: EVOLUÇÃO E SIGNIFICADO

1. 1. A PROCURA DO ENSINO

Como já notámos, o aumento global da população estudantil constitui uma das causas que levou à complexificação actual dos sistemas educativos devido não só aos seus efeitos directos sobre o alargamento e funcionamento da rede, mas ainda à alteração das funções da educação, provocados pelo fenómeno da explosão escolar.

Com efeito, se atendermos à evolução global do número de alunos registada em diversos países do globo, logo nos apercebemos que o aumento da população escolarizada foi um dos fenómenos mais evidentes ocorrido durante a segunda metade do nosso século, mau grado a redução das taxas de natalidade que se acentuaram nas áreas mais urbanizadas em consequência do fenómeno da revolução industrial.

Repare-se, no entanto, que o aumento destes efectivos se tem operado de forma diversa consoante se trata de países industrializados ou de países em vias de desenvolvimento. Nos primeiros, o fenómeno da revolução industrial, iniciado nalguns casos há mais de dois séculos, foi acompanhado por um conjunto de transformações sociais, económicas e demográficas, que levaram a uma redução precoce do número de nascimentos e, bem assim, dos efectivos escolares, principalmente nos níveis etários mais baixos que são abrangidos pela educação formal.

Pelo contrário, o grupo de países até há pouco conhecidos como fazendo parte do terceiro mundo, só tardiamente experimentou os efeitos desse fenómeno pelo que conserva ainda valores de natalidade e fecundidade elevados, continuando a registar uma procura intensa dos equipamentos educativos (Quadro I).

Nível de ensino	Efectivos		Taxa anual de crescimento			
	1980	2000	1960/70	70/80	80/90	90/2000
Mundo						
Primário	417,4	589,2	3,3	2,0	1,9	1,5
Secundário	177,2	303,6	6,0	3,7	2,9	2,5
Superior	46,5	74,9	8,7	5,1	2,4	2,4
Total	641,1	967,7	4,2	2,7	2,2	1,9
Países desenvolvidos						
Primário	125,5	133,7	1,1	0,9	0,4	0,3
Secundário	80,6	86,7	4,3	1,3	0,1	0,7
Superior	29,7	34,9	8,2	3,4	0,5	1,1
Total	235,8	255,3	2,5	0,3	0,3	0,5
Países em desenvolvimento						
Primário	291,9	455,5	5,3	3,6	2,5	1,9
Secundário	96,6	216,8	9,1	6,4	4,8	3,4
Superior	16,8	39,9	10,4	9,1	5,2	3,6
Total	405,3	712,2	6,0	4,4	3,2	2,5

in: RASSEKH e VAIDEANU; 1987; 29. Fonte: Unesco

Quadro I

Projeção dos efectivos escolares em diversos níveis de ensino
(em milhões de habitantes)

Este fenómeno, que genericamente se poderá designar por massificação escolar, revestiu-se de duas facetas distintas:

- o primeiro grupo daqueles países viu os seus efectivos escolares aumentarem substancialmente, tendo registado uma verdadeira explosão escolar, em consequência, não só da persistência de um regime demográfico de tipo jovem (com elevadas taxas de natalidade, redução da mortalidade infantil e uma estrutura jovem da população bastante acentuada), mas ainda do processo de democratização do ensino que foi acompanhado por um alargamento e obrigatoriedade da escolaridade básica;
- nos países industrializados, o aumento da procura social da educação ficou a dever-se, não tanto ao acréscimo da sua população juvenil

(salvo casos pontuais em que após o segundo grande conflito mundial armado se registou um verdadeiro baby-boom), mas ao aumento da esperança de vida escolar provocado quer por razões de natureza social — melhoria do nível de vida das populações, valorização dos diplomas... — quer laboral, devido sobretudo às necessidades constantes de especialização provocadas pelo aumento da divisão do trabalho social.

Num e noutro caso, porém, a educação foi globalmente considerada pelos governos desses países como factor de desenvolvimento económico, o que justifica as medidas tomadas no sentido de promover a igualdade de acesso à educação e o reforço das verbas que em regra lhe foram consignadas.

Nestas circunstâncias, a saturação dos equipamentos educativos tornou-se evidente, dando lugar a uma crise da educação que entre outros aspectos se repercutiu na ocupação plena das escolas e na qualidade dos serviços educativos, particularmente evidente nos países onde esses efectivos escolares ainda não estabilizaram.

Note-se que o conceito de crise da educação anda geralmente associado não só ao fenómeno de explosão escolar mas também a um conjunto de fenómenos distintos, de natureza política, económica, social, ética e cultural, que nos levam a equacionar a eficácia global dos próprios sistemas educativos. Poderíamos, por outras palavras, afirmar que esta resulta de um certo desfazamento entre as necessidades e as respostas, as expectativas e o produto, o projecto e as formas de organização, o funcionamento e a administração deste sistema, quando confrontado com os resultados finais.

Os indicadores que noutra parte apresentamos ajudam-nos a compreender os diversos aspectos em que esta eficácia pode ser considerada, tendo em vista as necessidades dos alunos, a satisfação dos professores e as expectativas da sociedade perante a organização e o funcionamento dos diversos sistemas de ensino.

Note-se que o crescimento dos efectivos escolares (docentes e discentes), tem sido igualmente influenciado pelo alargamento do período de escolaridade obrigatória, o qual tem assim contribuído para o aumento da esperança de vida escolar, agravando ainda mais a saturação dos equipamentos educativos. Compreende-se, desta forma, que a procura social da educação resulte não só de factores demográficos, mas ainda de factores de ordem sócio-cultural que influenciam todo o processo de planeamento do sistema educativo, o qual deverá ser articulado com os demais sectores do sistema social.

De acordo com um estudo da UNESCO⁽⁴⁾, a extensão deste fenómeno pode sintetizar-se no seguinte: *um habitante em cada cinco no planeta frequenta actualmente um curso num estabelecimento de ensino; na maior parte dos países do mundo, a função docente é a função mais representada e os governos consagram geralmente à educação 10-15% do seu orçamento...*, valor bastante considerável em relação ao montante das despesas do Estado.

Alguns exemplos, referentes aos países da C. E., indicam-nos que o acréscimo da população escolar, não sendo uniforme em todos os graus, foi particularmente sentido nos níveis pós-primário — secundário e superior — contrariando, desta forma, os efeitos negativos da quebra da fecundidade verificada nas últimas décadas.

Com efeito, se atendermos à evolução global dos efectivos discentes no conjunto dos países da C. E. a partir dos anos setenta, verificamos que entre 1970/71 e 1982/83, o conjunto de alunos nos dez países da C. E. passou de 54, 3 milhões para 58, 4 milhões, dos quais mais de 60% frequentavam os ciclos correspondentes à escolaridade obrigatória, 17% o nível correspondente ao ensino secundário e apenas 8% o ensino superior. No que concerne ao ensino pré-primário, o total de inscrições rondava, apenas, os 7, 3 milhões, o que correspondia a 12% do total daquelas inscrições.

Comparativamente com o início da década, verificou-se nos últimos anos um decréscimo percentual do total de alunos inscritos no ciclo correspondente à escolaridade obrigatória — 71% em 1970-71 — e um aumento da população escolar no ensino superior — 6% em 1970-71. Quanto ao ensino pré-primário os 6, 5 milhões de alunos inscritos nesse ano representaram cerca de 12% dos mais de 54 milhões de inscritos neste nível de ensino, no conjunto dos países da C. E. (Quadro II).

Durante a década seguinte, o número de alunos não deixou de se alterar notando-se, mesmo assim, um aumento global dos efectivos discentes os quais atingiram, em meados da década passada (1984/85), quase setenta milhões de alunos, assim distribuídos:

- pré-primário	8, 6 milhões
- 1º grau	23, 5 "
- 2º grau	30, 2 "
- 3º grau	6, 2 "
- Total	68, 4 "

Tal facto deve-se, fundamentalmente, à integração de novos estados membros (Portugal e Espanha, em Janeiro de 1986), países onde se registavam taxas

EUR 10	70/71	74/75	79/80	82/83
Total	54 302	59 808	60 257	58 475
Pré-primária	6 498	7 590	7 375	7 233
1º grau (1)	24 386	24 303	21 901	19 704
2º grau: 1º ciclo (2)	13 987	16 149	17 213	16 586
2º ciclo (3)	6 341	7 878	9 327	9 996
Total	20 32	24 027	26 54	26 583
3º grau (4)	3 090	3 888	4 441	4 955

(X 1000)

1) Ens. obrigatório 5 anos

2) Ens. obrigatório 3 anos

3) Ens. secundário

4) Ens. superior

in: EUROSTAT; 1986

Quadro II
Evolução da população escolar nos países da C. E.
(1970/71 a 1982/83)

de fertilidade relativamente superiores às dos restantes estados membros, fenómeno que trouxe reflexos evidentes na evolução dos seus efectivos escolares. É, aliás, o que se pode constatar através do quadro seguinte (Quadro III).

Ano	Grécia	Espanha	Itália	Portugal
1970/71	1 648	6 929	11 036	1 510
1984/85	2 026	10 074	12 049	2 197
1986/87	2 060	10 186	11 719	2 115

(X 1 000)

in: EUROSTAT; 1990

Quadro III
Efectivos escolares e universitários (ensino a tempo inteiro)

Note-se, no entanto, que a evolução demográfica no conjunto da Europa dos doze constitui um dos factos mais preocupantes da Comunidade Europeia, uma vez que a taxa bruta de natalidade baixou de quase 20‰ em 1960 para menos de 11‰ nos finais da década passada. Como consequências deste facto notamos não só a redução dos efectivos discentes mas ainda o envelhecimento progressivo da população europeia, quer na base da pirâmide demográfica

(devido à redução do número de jovens), quer no topo (devido ao aumento da população idosa), ocorrência que não deixa de preocupar, no seu conjunto, os diversos estados-membros. Recorde-se que este fenómeno constitui um dos males da Comunidade Europeia, uma vez que a estrutura demográfica da população residente apresenta uma percentagem relativamente reduzida de jovens com menos de 15 anos — cerca de 21% — e um elevado número de idosos com mais de 65 anos — quase 15% — o que acarreta uma série de implicações não só de natureza demográfica, mas ainda de natureza económica e social, resultantes dos encargos que daí advêm.

Se tomarmos ainda como exemplo a realidade portuguesa verificamos que apesar da quebra de natalidade registada globalmente em todo o território a partir dos anos sessenta — ou mesmo anteriormente nas regiões urbanas e industrializadas do litoral do país — o aumento da população escolar tem sido globalmente positiva embora se verifiquem, actualmente, quebras muito significativas no primeiro ciclo do ensino básico, decorrentes daquele défice de nascimentos (Quadro IV).

	76/77	83/84	85/86	86/87
Ed. pré-escolar	58 991	113 797	112 065	120 850
Ens. Primário	852 445	863 394	817 600	784 060
Ens. Preparat.	274 696	356 969	369 034	380 619
Ens. Sec. Geral	312 731	359 935	399 732	431 278
Ens. Sec. Comp.	115 454	193 538	246 185	274 650
Ens. Médio	6 569	6 273	7 425	6 890
Ens. Superior	85 731	94 203	105 306	113 058
Total	1 706 617	1 988 109	2 057 347	2 111 405

Fonte: G. E. P. / M. E.

Quadro IV
População escolar (Portugal)

Como primeira justificação para aquele aumento global encontramos o alargamento da rede escolar — em particular ao nível da educação pré-escolar e do ensino superior — bem como o aumento do período de escolaridade obrigatória ocorrido durante os anos sessenta: para quatro anos, no início da década, (extensivo a ambos os sexos), e o seu alargamento posterior para seis anos em 1964. Como sabemos, a Lei nº 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo) alargou recentemente este período para nove anos vindo assim a

provocar, em anos futuros, um acréscimo significativo de alunos em alguns dos ciclos de estudo correspondentes à escolaridade básica.

O acréscimo anteriormente referido pode ser ainda justificado pela chegada de novos contingentes de alunos, oriundos quer das ex-colónias portuguesas (como resultado do afluxo de retornados, depois de 1974), quer dos países de imigração onde em anos anteriores se haviam acolhido um grande número de emigrantes portugueses.

Da mesma forma podemos ainda invocar o efeito de onda provocado quer pelo aumento da esperança de vida escolar, quer por razões de natureza económica e social: melhoria do nível de vida, aumento das remunerações médias mensais e por conseguinte maior aspiração à mobilidade social ascendente, acréscimo das taxas de desemprego (levando muitas vezes os jovens a continuar os estudos), acréscimo da população com habilitações correspondentes aos níveis de ensino básico e secundário, etc., fenómenos que conjugados com os anteriores contribuem para aumentar a frequência dos alunos no sistema formal de ensino.

Compreende-se que este acréscimo da população discente tenha sido igualmente acompanhado, a nível mundial, por um aumento do número de funcionários e dos professores, o que acarretou um agravamento considerável dos custos de funcionamento do sistema, traduzidos quer nas despesas correntes (onde se inclui uma fatia considerável para salários) quer nas despesas de capital, que acompanham os novos investimentos no sector (Quadro V).

Região	1965	1970	1975	1977	1980	1982
Total mundial	38	57	109	126	183	181
Africa	5	7	18	24	42	39
América latina	14	19	44	51	90	96
América do norte	187	317	480	511	808	918
Asia	7	11	33	44	64	67
Europa	61	92	226	261	338	298
Oceania	63	104	331	338	460	490

in: RASSEKH e VAIDEANU; 1987; 58

Quadro V
Evolução das despesas com a educação (em USA dólares)

Repare-se no entanto que as questões que hoje em dia se colocam aos diversos sistemas educativos não se prendem, apenas, com o aumento da procura social da educação — levando por isso a maior parte dos governos a melhorarem o seu funcionamento e organização interna — mas estão ainda relacionadas com a persistência de outros fenómenos que não deixamos, embora de forma sucinta, de indicar:

- o aumento da divisão internacional do trabalho, o que conduz a uma necessidade constante de especialização e formação técnica adequada capaz de responder àquelas solicitações;
- a revolução científica e técnica em curso nos diversos domínios, que não só o das ciências exactas e da vida, mas ainda na área das ciências de informação, levando por isso a uma diversificação dos métodos e das técnicas de ensino;
- a persistência de enormes desequilíbrios na distribuição e formas de aproveitamento dos diversos recursos naturais, da população e do saber, facto que tem promovido um enorme esforço de democratização do ensino em todos os níveis.

Como o reconhece a UNESCO⁽²⁾, um dos desafios que se põe às diversas sociedades é, portanto, a escolha entre a adaptação dos *conteúdos e métodos de ensino às transformações sociais e às reformas económicas que levaram a cabo nos últimos anos* tendo em conta as metas de *desenvolvimento e de expansão económicos* projectadas.

Para outras sociedades, pelo contrário, a situação de recessão económica que nos últimos anos se tem agravado, conduziu ao desenvolvimento de experiências inovadoras no domínio da educação e da formação, a fim de resolver os casos de grupos da população desfavorecidos que ainda hoje persistem no seio das sociedades mais desenvolvidas.

Por estas razões, a redução das disparidades em matéria de educação constitui uma das prioridades fundamentais a ter em conta nos diversos países do globo.

1. 2. O DESENVOLVIMENTO CULTURAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E OS OBJECTIVOS DA EDUCAÇÃO

Como referimos, são bastante complexas as causas que condicionaram o crescimento da população escolar nos diversos níveis de ensino, em particular no ensino secundário e superior, devido não tanto a razões de natureza demográfica mas, acima de tudo, aos fenómenos de natureza social que determinam alguns aspectos do comportamento humano sugerindo, por isso, uma procura cada vez maior dos bens culturais. De acordo com Rocher⁽³⁾, entre estas causas o *estatuto sócio-económico da família é um factor de sucesso escolar dos filhos* uma vez que *...só uma minoria das crianças pertencentes aos meios sócio-económicos menos favorecidos acede a certo nível de estudos, a ponto de o estatuto sócio-económico da família ser geralmente considerado o melhor "prognóstico" do progresso escolar.*

Trata-se, com efeito, de um tipo de análise funcional em que o sucesso escolar é encarado como uma variável dependente e o estatuto sócio-económico e a aspiração à mobilidade social são tidas como variáveis independentes ou explicativas do fenómeno anteriormente considerado.

Por estas e outras razões, a expansão dos sistemas educativos a partir da segunda guerra constituiu uma das primeiras consequências da industrialização crescente e do desenvolvimento económico e social em diversos países justificando, assim, o encaminhamento de um maior volume de verbas para o sector educativo.

A nível das grandes regiões do globo, a situação registada nos últimos anos foi a seguinte (Quadro VI):

Regiões	1965	1970	1975	1980
Total mundial	38	57	109	183
Países desenvolvidos	87	137	264	456
Países em desenvolvimento	5	7	19	38

in: RASSEKH e VAIDEANU; 1987; 28.

Fonte: Annuaire Statistique de l'Unesco, 1980 e 1984

Quadro VI

Despesas públicas com o ensino, por habitante — 1965/80 (expressas em USA dólares)

Subjacente a este acréscimo de despesas está a convicção de que, sem um determinado nível de formação, básica e universal, não será possível levar a cabo a tarefa de relançar a economia dos países mais carenciados. E entre os

factores determinantes deste fenómeno não deixamos de anotar a constante evolução técnica, científica, económica e tecnológica, — que faz da época actual uma *fase de transição entre duas revoluções industriais*⁽⁵⁾ — e cujos efeitos se fazem sentir não só ao nível do progresso do espírito humano (despertando assim o interesse e a necessidade absoluta de aquisição de novos conhecimentos), mas ainda a nível dos conteúdos, estruturas e métodos do ensino que preparam o indivíduo para o exercício de uma profissão.

Como nos recorda Durkheim⁽⁵⁾, *cada profissão constitui, de facto, um meio sui generis que exige aptidões particulares e conhecimentos especiais...*, obrigando assim a uma cada vez maior especialização que se deverá iniciar nos bancos da escola e prosseguir durante a vida adulta. Para tanto compete aos sistemas educativos promoverem não só a integração e a produção de novos saberes, mas ainda o desenvolvimento de novas tecnologias que facilitem o processo ensino-aprendizagem que os métodos pedagógicos tradicionais não permitiram ultrapassar.

Por esta razão, a procura de novos métodos de ensino, baseados numa relação mais estreita com o processo educativo, tem sido crescentemente incentivada através da utilização de métodos activos que reclamam cada vez mais a participação dos alunos.

Hoje em dia, porém, dado o aumento da procura social da educação e os resultados da evolução tecnológica, faz-se cada vez maior apelo ao ensino à distância, método bastante divulgado em diversos contextos sócio-culturais quando se pretende obter uma razoável cobertura do sistema embora, tantas vezes, em detrimento da respectiva qualidade.

Neste contexto de progresso científico e de evolução tecnológica, a educação tem um papel relevante a desempenhar não somente na transmissão dos conhecimentos científicos e técnicos, mas igualmente no desenvolvimento de atitudes susceptíveis de assegurar ao homem a maturação destes conhecimentos e a sua utilização.

Esta concepção ultrapassa, largamente, o âmbito que lhe foi atribuído por Durkheim⁽⁶⁾, quando assinala como objectivo principal da educação, o de *suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos pela sociedade... e pelo meio a que pertence*. Para tanto, indicam estudos mais recentes⁽⁷⁾ que à educação cabe ainda o papel de *estabelecer um equilíbrio entre a ciência e a tecnologia, consideradas como meios, e os valores que constituem a finalidade da vida e da acção humana*.

Note-se ainda que o desenvolvimento das novas tecnologias aplicadas à informação, em particular as de tipo audio-visual como a rádio e a televisão,

o cinema e o vídeo, tem facilitado a expansão e o aumento de circulação dos diversos meios de comunicação social contribuindo, de algum modo, para despertar um maior interesse pelo saber em geral. Desta forma a comunicação audio-scripto-visual, quer pelos meios de que dispõe quer ainda pela sua generalização progressiva, tem vindo ainda a favorecer o desenvolvimento da formação profissional e a correspondente especialização do indivíduo, principalmente ao nível da educação não formal.

Escusado será recordar a importância actual das novas tecnologias, não só no ensino mas também no plano da sua utilização nas técnicas de produção, facto que tem contribuído para melhorar o nível de vida e as condições de trabalho da população em geral, libertando-a para satisfazer um certo número de necessidades culturais (e de lazer), outrora pouco acessíveis devido à amplitude dos horários, à rudeza das actividades manuais e à fraca divisão do trabalho social.

De acordo com o que acabamos de notar, a educação desempenha assim um papel de primordial importância na preparação do indivíduo para a vida activa. Este fenómeno verifica-se mau grado as condições adversas registadas na maior parte das sociedades contemporâneas onde os mercados de emprego não têm sido capazes de assegurar, sobretudo à população jovem, no termo da escolaridade básica, ou mesmo depois do ciclo de estudos secundários, uma ocupação laboral imediata e duradoura.

Compreende-se, deste modo, que o prosseguimento de estudos para além do período de escolaridade obrigatória surja, para muitos, como uma alternativa possível de ocupação dos tempos livres, promovendo a procura crescente do ensino a nível do ensino secundário e do ensino superior, o aumento da esperança de vida escolar e o alargamento da base de recrutamento social da população para além dos estratos médios e superiores da pirâmide social.

Repare-se, no entanto, que as mutações sociais operadas em todos os domínios e sectores de actividade, têm conduzido ao desenvolvimento de novos esquemas de formação, extensivos a jovens e adultos, que passam não só pelo ensino formal mas ainda pela formação em alternância (proporcionando, a par da formação académica, a realização periódica de estágios profissionais fora da escola), e por diversos modelos de educação, contínua e permanente, hoje largamente utilizados.

Como referem Rassekh e Vaideanu⁽⁸⁾, a educação permanente, *constitui uma resposta original e adequada aos desafios da era actual e o único meio de preparar o indivíduo a participar e a exprimir-se, a defender os seus direitos e valores fundamentais dum sociedade democrática, a auto instruir-se e a evoluir de forma*

eficaz numa sociedade marcada por mudanças previsíveis e imprevisíveis. Por estas razões, a educação permanente tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos, já que permite a integração dos diferentes sub-sistemas educativos, facultando a cada indivíduo um constante enriquecimento cultural e profissional.

Repare-se, no entanto, que o desenvolvimento destes diversos modelos de formação só é possível em sociedades dotadas de convenientes infra-estruturas, de natureza económica e cultural, que permitam a utilização plena das novas tecnologias postas hoje à disposição dos habitantes desta aldeia global onde vivemos.

Como se verifica, os condicionalismos que acabamos de enumerar, de natureza social, política, económica e demográfica, têm influenciado os sistemas educativos, como sistemas abertos que são (ou devem ser...), sugerindo algumas reformas e alterando os objectivos da educação. De acordo, ainda, com aqueles autores⁽⁹⁾, tradicionalmente a escola... *concebe o processo de ensino-aprendizagem à luz de uma tríade clássica de objectivos educativos, tríade que privilegia a aquisição de conhecimentos, o saber fazer e o desenvolvimento das atitudes e competências, escalonadas em ordem inversa à que defende a nova tríade dos objectivos da educação escolar que dá prioridade à formação de atitudes, seguindo-se o saber-fazer e finalmente a aquisição de conhecimentos.*

1. 3. AS FUNÇÕES DA EDUCAÇÃO

De acordo com Cabanas⁽¹⁰⁾, a escola, *agente educativo chave dentro da sociedade, mas não o único*, exerce duas funções principais: a residual e a de coordenação. A primeira abarca o conjunto de noções e ensinamentos básicos-aptdões, capacidades, atitudes, ideias, valores..., que o aluno não aprende noutra local; a segunda exige que a instituição escolar não duplique os ensinamentos veiculados pelas restantes instituições sociais. Como se compreende, o difícil será a delimitação das competências e a escolha dos conteúdos que devem integrar os programas escolares de forma a dar-se total cumprimento àqueles objectivos.

Embora reconhecendo a oportunidade das críticas apresentadas pelas teses mais deterministas da reprodução social, principalmente as que realçam o contributo da educação na perpetuação dos modelos sociais — e pese embora a democratização crescente do ensino e o acréscimo dos orçamentos consagrados à educação, bem como ao aumento dos investimentos individuais neste sector — o certo é que a herança cultural (entendida como um sistema de conhecimentos, de valores, de normas e de símbolos sociais, que constituem o património cultural transmitido de uma geração a outra) dos alunos, não deixa de condicionar, em larga medida, o seu comportamento, atitudes, aspirações e sucesso escolar.

Não podemos deste modo ficar indiferentes ao aumento dos fluxos dos alunos nos diversos sub-sistemas de ensino, nem às suas expectativas, o que nos leva a procurar reconhecer o papel relevante que este desempenha nas sociedades em vias de desenvolvimento e nas sociedades urbano-industriais do hemisfério ocidental, acompanhando, desta forma, o próprio dinamismo económico e social dos nossos dias.

De realçar que esta procura social da educação corresponde, não só a um mero processo de democratização das sociedades contemporâneas, (a qual tem vindo a favorecer o acesso crescente da população aos diversos níveis do ensino e bens culturais), mas resulta ainda, como já notámos, do próprio fenómeno de industrialização que gerou a crescente divisão do trabalho social e uma especialização crescente de mão-de-obra.

É neste contexto de alterações constantes e acontecimentos imprevisíveis que os sistemas educativos se vão afirmando, cumprindo numerosas funções, sempre difíceis de enunciar e enumerar. Mesmo assim, e ainda que correndo sérios riscos, a tipologia que elaborámos sobre as funções da educação tenta sistematizar algumas das propostas de classificação mais frequentes, não as

contemplando a todas, como é natural, mas resumindo alguns dos conceitos habituais sobre este fenómeno.

Não esqueçamos, no entanto, que as expectativas que cada um de nós tem da escola são elaboradas a partir de um certo número de padrões, de modelos culturais e de experiências acumuladas que identificam o nosso modelo de sociedade. Daí que não haja concordância absoluta quando se pretende construir uma tipologia única das funções da educação, uma vez que cada uma dessas propostas tem por base um determinado contexto económico, político e social, sendo por isso difícil reconhecer-lhes um âmbito universal.

Começando por recordar Durkheim⁽¹¹⁾, *a palavra educação é por vezes empregue num sentido muito amplo para designar o conjunto de influências que a natureza ou os outros homens podem exercer quer sobre a nossa inteligência, quer sobre a nossa vontade*. Daí que, segundo o mesmo autor⁽¹²⁾, cada sociedade, num determinado momento, ofereça aos seus membros um *sistema de educação que se impõe aos indivíduos com uma força geralmente irresistível*.

De acordo, portanto, com esta linha de pensamento, a preparação do indivíduo para se integrar no grupo (ou grupos sociais) em que vive, constitui uma das primeiras funções da educação e da própria escola. Esta é a chamada função de socialização. Numa primeira abordagem a educação assume, assim, uma função colectiva, cujo objectivo consiste em *adaptar a criança ao meio social em que vai viver*⁽¹³⁾.

Se pensarmos na instituição escolar, esta deve então facultar a cada um dos seus alunos o nível (e o tipo) de conhecimentos necessários para que essa adaptação se processe sem choques nem distorções, facilitando assim as relações entre todos os membros de uma mesma comunidade. Este processo pode, então, ser encarado de duas formas distintas: numa perspectiva meramente individual que tem a ver com o desenvolvimento integral do indivíduo e com a sua socialização, ou numa perspectiva mais ampla, de natureza social, onde cabem as restantes atribuições. Em quaisquer dos casos, porém, as diversas funções da educação, nomeadamente aquela que consideramos em primeiro lugar, a função de socialização (Quadro VII), depende de vários factores sociais, que Cabanas⁽¹⁴⁾ resume em cinco grandes grupos:

1. O desenvolvimento do país, sendo certo que *o objectivo das actuais tarefas de planeamento educacional... é a preocupação de conseguir que os produtos oferecidos pelo sistema educativo sejam correspondentes às necessidades sentidas pelo sector económico-laboral;*
2. As disponibilidades económicas, uma vez que *a riqueza do país determina a quantidade de meios (número de professores, de escolas, de*

postos escolares, de bolsas,...) e o tipo das mesmas (qualificação do pessoal docente, meios audio-visuais, organização dos centros,... que pode pôr à disposição da população. Esta é uma das circunstâncias que influencia, também, a qualidade da educação.

3. O nível cultural que determina, em parte, os fins da educação. Como nota ainda aquele autor⁽¹⁵⁾ o nível cultural repercute-se nos fins da educação e nos seus meios, sendo verdade que *uma sociedade culta diferencia-se pela presença de instituições culturais, de publicações diversas, de manifestações artísticas, de obras educativas, de pessoas qualificadas, etc.*
4. A procura social, resultante essencialmente da conjugação de todos estes factores.
5. O interesse político, atendendo a que a escola constitui ainda *um poderoso meio de mentalização e este meio não é desaproveitado por nenhum político que retém as rédeas do poder*.

Cada um destes factores, ao interagir com os restantes, acaba por condicionar, quer no plano individual quer no plano colectivo, a natureza e o resultado de cada uma das funções da educação em que se situam.

Funções da educação

- Socializadora
- Personalizadora
- Capacitação profissional
- Mudança social
- Económica
- Política
- Selecção social

Quadro VII

A identificação das diversas funções da educação não é encarada da mesma forma pelas diferentes escolas do pensamento sociológico, variando por isso a importância que cada um dos diferentes autores lhe consagra quanto à natureza desses atributos. Procuraremos, mesmo assim, reunir algumas dessas propostas sistematizando as ideias fundamentais que nos são transmitidas em várias obras.

Para além de Durkheim⁽¹⁶⁾ que considera caber à educação um papel de *socialização metódica das gerações mais jovens* (acção desempenhada inicialmente pela família), também Worseley⁽¹⁷⁾, realça, como função essencial da educação, a transmissão dos ideais cívicos, e *as noções éticas básicas de honestidade, de solidariedade e as normas sociais que definem os ideais de concorrência individual ou de lealdade de grupo*.

Neste processo, para além da escola e da família, outros agentes há que desempenham um papel fundamental: são eles o grupo de colegas e os meios de comunicação social, os quais vão permitindo criar *uma versão da realidade social no espírito da geração seguinte que pode estar em consonância com a dos adultos ou, nalgumas dimensões, apresentar desvios relativamente aos seus critérios*⁽¹⁸⁾.

Note-se que este processo pode ser ainda reforçado por acção da Igreja, que nalguns meios funciona como agente de socialização no que concerne a determinados aspectos do processo educativo. Para além de outros domínios, a educação para os valores éticos e espirituais, para a fé e liberdade, para o amor, são alguns dos temas que fazem parte da doutrina social da Igreja e que influenciam o modo de ser e de estar do indivíduo na sociedade.

Como referimos, o processo de socialização pode ser entendido de forma diversificada quer através da aprendizagem de papéis distintos que qualquer indivíduo vai realizando ao longo da sua vida, quer ainda pela interacção com outros e pela modelação do comportamento que deles se espera. Embora diferenciadas, estas perspectivas tornam-se complementares entre si, correspondendo aos vectores: estrutural e interpessoal referidos por quaisquer dos agentes de socialização.

A importância da educação no processo de socialização da criança é igualmente acentuada por outros autores, entre os quais se contam Mauss⁽¹⁹⁾, o qual não deixa igualmente de assinalar-lhe o seu carácter social: *são sociais todas as maneiras de agir e de pensar que o indivíduo encontra pré-estabelecidas e cuja transmissão se faz, geralmente, através da educação*.

Limitando a nossa atenção à escola, verificamos que este processo é por sua vez condicionado por factores de índole diversa, entre os quais se contam as características individuais dos alunos — maturidade, inteligência, classe social... —, os traços do professor — personalidade, tipo de formação, motivação, criatividade... — bem como a organização da própria escola — currícula, horários, relações com o meio circundante, actividades extra-escolares, etc. — dependendo, como é evidente, de vários outros factores de ordem social.

De entre estes, o meio familiar constitui, apesar de tudo, mais um dos elementos a ter em conta no rendimento escolar de qualquer indivíduo. E neste influi, de forma decisiva, a forma da linguagem, a qual, *presente na socialização, induz precocemente na criança diferentes modos de percepção que têm implicações psicológicas e sociológicas na aprendizagem escolar*⁽²⁰⁾.

Tal afirmação vem na esteira do que foi estudado por Bernstein, para quem a diferença dos códigos linguísticos (restritos e elaborados) constitui um dos *determinantes sociais da educabilidade*.

Embora reconhecendo que à educação, sobretudo à educação formal, cabe um papel decisivo neste processo de socialização, verificamos que ele se vai operacionalizando de forma distinta através de uma hierarquização progressiva dos conhecimentos que constituem o currículo escolar. Com efeito, se atendermos a alguns dos conteúdos programáticos que fazem parte dessa pirâmide (de base invertida) de ensinamentos de tipo académico, verificamos, à semelhança do que sucede no sistema educativo português, que o conhecimento do meio físico e social e a sensibilização para os problemas da comunidade constituem os temas dominantes nos programas destinados aos primeiros níveis de escolaridade obrigatória.

Sobre este assunto transcreve-se uma das recomendações da XXI Conferência Internacional de Instrução Pública, realizada em 1958 em Génève, referente aos objectivos do ensino primário:

- *dotar a criança dos instrumentos fundamentais de pensamento e acção que, adaptados à sua idade, a ajudarão a viver plenamente a sua existência de homem e de cidadão e a compreender o mundo no qual lhe é dado viver;*
- *transmitir um património e uma cultura e dar-lhes os meios de os enriquecer;*
- *formar seres livres, conscientes das suas responsabilidades, respeitadores de si próprios e dos outros, membros activos e únicos da comunidade nacional.*

À medida que caminhamos nos escalões etários superiores, ao nível do pós-primário, as aquisições do saber vão-se tornando mais aprofundadas e especializadas respeitando, assim, as diversas etapas psicológicas do crescimento dos alunos e a evolução das suas capacidades de compreensão e assimilação. Tem então lugar uma formação, que sem esquecer os ensinamentos de base humanística e literária, as noções de espaço e de tempo, a educação estética e a educação física, assenta numa cultura científica dominante: a matemática,

a física, a química, a biologia... a qual, sendo considerada como uma *componente essencial da cultura geral obrigatória*⁽²¹⁾, deverá permitir ao aluno uma abordagem mais racional dos problemas do quotidiano.

Este processo de formação, ainda que associado, muitas vezes, a uma formação básica de cariz académico, tem em vista não só o desenvolvimento de certas aptidões individuais mas ainda o desempenho de tarefas consentâneas com as necessidades de qualificação técnica, científica e cultural, exigidas pelo desenvolvimento social, económico e tecnológico dos nossos dias.

Pensemos ainda numa das outras funções da educação, intimamente ligada ao processo de socialização, mas orientando-a no sentido do desenvolvimento completo e harmonioso dos alunos — nos domínios intelectual, cognitivo, afectivo, psicomotor, espiritual e moral — de forma a favorecer o equilíbrio da personalidade e a sua realização pessoal.

É a chamada função personalizadora da educação, a qual deverá ainda, promover o desenvolvimento das capacidades de reflexão crítica, estimulando a capacidade de formulação de juízos pessoais e a intervenção dos alunos nos diversos sectores da vida social, bem como a abertura necessária para o prosseguimento de actividades de formação contínua que entendemos serem indispensáveis neste período de pós-revolução termo-nuclear.

Como notámos a propósito dos diversos processos de socialização, nem sempre é possível cumprir plenamente esta função personalizadora em virtude das diferenças de natureza genética e da personalidade dos alunos ou ainda em consequência da organização e funcionamento da própria escola. Tal é a opinião de Loureiro⁽²²⁾, ao reprovar um tipo de ensino por receita e que considere em pé de igualdade todos os alunos dado que *...as aptidões, mais do que inatas, são adquiridas, mais do que descobertas, são construídas, e que a actividade escolar toda deve ser o factor primordial do desenvolvimento humano, dependendo em grande medida da sua organização e orientação aquilo em que cada um de nós se torna.*

Da mesma forma entende ainda este autor que o *centralismo do Estado* é gerador de *padrões educativos extremamente rígidos* e o modelo de *escola standardizada* (desumanizada) é também a causa principal da incapacidade que a escola actual experimenta em promover esta *acção educativa adequada ao desenvolvimento humano*. Este constitui mais um dos temas de discussão presente, relacionado com a configuração administrativa do sistema, sobre o qual nos iremos debruçar noutra parte do nosso trabalho.

Embora de forma complementar da anterior, na qual responsabilizámos a escola pela transmissão de conhecimentos adequados ao desenvolvimento dos

alunos, em consonância com o grau de exigência técnica, cultural e científica da sociedade em que vivemos, reconhecemos-lhe ainda outros atributos que deverão conduzir a uma preparação mais específica para o desempenho de uma determinada profissão. Esta preparação para a vida activa que Cabanas⁽²³⁾ designa por *capacitação profissional* corresponde a uma especialização laboral, característica das sociedades desenvolvidas e com elevada divisão do trabalho, sendo mais evidente nos ciclos terminais da vida escolar — caso do ensino superior — ou mesmo em determinados cursos profissionais e profissionalizantes ministrados anteriormente.

Recordamos que embora a preparação para o desempenho de uma profissão seja uma das funções específicas de alguns ramos do subsistema de ensino formal, como é o caso do ensino secundário (técnico e profissional) e do ensino superior, não devemos esquecer que os conteúdos programáticos das diversas disciplinas leccionadas aos alunos nem sempre se ajustam às exigências actuais requeridas pelo grau de desenvolvimento atingido nos nossos dias.

Tal facto concorre para que a chamada *capacitação profissional* seja mais uma das funções que tem gerado alguma controvérsia, justificando a contínua discussão sobre os objectivos, gerais e específicos, dos diferentes níveis e subsistemas que fazem parte do ensino formal.

Contudo, a preparação específica do indivíduo para a vida activa não passa apenas pelo ensino formal (que se destaca dos restantes pelos seus conteúdos e avaliação sistemática), mas abarca também a educação não formal e a educação informal que, em articulação com as anteriores, reforça esta função da educação.

Como veremos mais além, estas três modalidades articulam-se entre si, favorecendo não só a integração do indivíduo na sociedade mas promovendo também a aquisição de novos conhecimentos que possibilitam o desempenho de uma determinada profissão. E, no seu conjunto, concorrem para desenvolver no indivíduo o interesse pelo aprofundamento e aprendizagem de novos conceitos que favorecem a expansão da educação permanente.

Não se quedam, no entanto, por aqui, as funções da educação. A socialização e a preparação para a vida activa contribuem, também, para estimular a maturação crítica e a reflexão sobre uma realidade sócio-cultural, educativa e tecnológica, favorecendo por isso a inovação, o progresso e a mudança social. Tal facto resulta ainda de um conjunto de conhecimentos acumulados ao longo de anos da frequência escolar e das aprendizagens sucessivas facultadas pelo sistema educativo, as quais, uma vez postas em prática, permitem vencer al-

gumas das barreiras sociais, culturais e tecnológicas abrindo caminho ao avanço da sociedade.

Neste aspecto estamos também de acordo com a afirmação de Habermas, segundo a qual *o nível de desenvolvimento duma sociedade é determinada pela capacidade de aprender permitida pelas instituições...*⁽²⁴⁾. Com efeito, para além dos aspectos relacionados com a transmissão de conhecimentos realizada na própria escola (que facultem a mudança social), dependentes não só do modelo de organização e funcionamento das estruturas educativas, dos currícula escolares, dos comportamentos sociais (desviantes ou não) que aí se vão estimulando, a acção social conducente à mudança opera-se, geralmente, por meio de factores externos ao sistema, os quais acabam por se repercutir no seu interior fomentando novas alterações.

Convirá precisar que, à semelhança de Birou⁽²⁵⁾, entendemos a acção social como sendo *uma intervenção voluntária, em muitos casos organizada, capaz de mudar, de modificar, de melhorar até as condições sociais e de empreender determinado tipo de reformas, sejam elas de carácter político, económico, institucional, educativo, cultural, etc.* Note-se que este tipo de intervenção só é possível num tipo de sistema social permeável às acções do exterior.

É este o conceito clássico de sistema aberto cuja definição assenta nos postulados definidos por L. von Bertalanffy na sua teoria geral dos sistemas e que justifica este tipo de relações complexas, estabelecidas entre o sistema escolar e o seu ambiente social, político, económico e cultural.

Note-se, a propósito, que mesmo funcionando como um sistema aberto e exercendo a sua influência sobre os restantes sistemas sociais, o sistema educativo perde, nalguns casos, a suas características de membro activo desse corpo mais vasto que é a sociedade — em particular as suas características de inovação — perpetuando essa mesma realidade. E a antinomia presente mostra quão difícil se torna assegurar a estabilidade favorecendo a mudança, promover a inovação sem originar a ruptura, incentivar a criatividade e a participação colectiva embora transmitindo toda uma herança histórica e cultural, um legado de ideias, de crenças e uma matriz de valores que assegurem a coesão e a continuidade das sociedades contemporâneas.

Esta é mais uma das dificuldades que se colocam aos sistemas educativos que se vêem confrontados com outras questões relacionadas com a já citada função de capacitação e com o tipo, a qualidade e actualidade de conhecimentos transmitidos pelos programas escolares, de forma a estimular uma posterior formação permanente.

Já anteriormente notámos as relações que em princípio se devem estabelecer entre o sistema educativo e o sistema económico, as quais, inseridas num sistema social mais amplo, não deixam de evidenciar as características de um sistema aberto e a troca de informação contínua que entre ambos se deve verificar.

Vem isto a propósito da caracterização de mais uma das funções da educação — a função económica — cujos efeitos não se fazem apenas sentir na formação de quadros especializados para os diversos sectores de actividade, mas ainda numa adaptação dos currícula escolares às necessidades de formação sugeridas pelo mundo empresarial.

Embora este tipo de abordagem, porque referida de uma forma expedita e simplista, nos conduza a outros tipos de análise, não deixamos de notar que entre as várias características que hoje tipificam a sociedade tecnológica notamos a sua complexidade, burocratização, divisão acentuada do trabalho social e profissionalização⁽²⁶⁾, as quais sugerem uma formação cada vez mais especializada dos diversos utentes dos sistemas educativos.

Aceitando-se como válido o princípio da correspondência entre os sistemas educativo e económico, o perfil dos diplomados deverá ajustar-se às exigências do mercado de trabalho, promovendo o ensino das aptidões técnicas e cognitivas necessárias e inculcando os traços de personalidade apropriados ao desempenho de uma profissão. Contudo, mesmo nos países que experimentam já os efeitos da terceira revolução industrial e onde as indústrias tradicionais — têxtil, siderúrgica, mecânica, construção naval, etc. — cederam lugar à electrónica, à informática, à robótica, à indústria nuclear, à biotecnologia, etc., nem sempre é possível ir adaptando os conteúdos e os programas de ensino de forma a ajustar o perfil do produto final (os diplomas dos alunos), às exigências desse mesmo mercado.

Este desajustamento, sendo praticamente inevitável a nível dos primeiros ciclos do ensino formal, torna-se de facto imprescindível a nível global uma vez que *para que a economia prospere... os operários, a todos os níveis da força de trabalho, necessitam de possuir as aptidões, atitudes e conhecimentos adequados às técnicas modernas, e de ter vontade de usar ao máximo essas qualidades*⁽²⁷⁾. Trata-se, portanto, de uma valorização da instrução decorrente de uma profissionalização elevada, que rompeu definitivamente com o empirismo das sociedades tradicionais e que acabou por se reflectir na mentalidade da própria população, sugerindo o desenvolvimento de uma mentalidade mais propícia à inovação e à mudança mas igualmente vulnerável aos conflitos de valores, decorrentes das tensões entre as elites e os restantes grupos sociais.

Pelas razões que acabámos de expor, os modelos de desenvolvimento contribuem para reforçar esta função económica da educação, da qual se esperam efeitos muito concretos sobre a evolução global da sociedade através não só do aumento da formação qualificada dos seus quadros, mas ainda do acréscimo do nível geral de instrução dos habitantes de um país. Tal facto não deixa assim de se repercutir numa alteração do seu comportamento, das expectativas e motivações e das necessidades quotidianas, com reflexos evidentes na procura do ensino e dos diversos bens culturais.

Escusado será lembrar que esta procura é fortemente condicionada pelo nível de vida da população e pelas disponibilidades financeiras do país, sendo certo também que estas determinam o tipo e o montante de recursos utilizados e, por conseguinte, a qualidade global dos serviços educativos.

Uma palavra ainda para assinalar um sem número de disfunções que persistem nos nossos dias, quando constatamos as elevadas taxas de desemprego, geral e sectorial, que ocorrem entre os diplomados em certos cursos, em particular na área das ciências humanas. Esta ocorrência revela-nos a discordância de interesses e a desarticulação funcional que se verifica, mesmo no contexto dos países mais desenvolvidos, entre os sistemas económico e o educativo.

Tomando como exemplo o conjunto dos doze países da Comunidade Europeia, verificamos que o número global de cidadãos nestas condições passou de 5 milhões em 1975 para 16 milhões em 1986 constituindo, por isso, uma das preocupações mais evidentes dos diferentes estados membros.

Sem tomarmos em conta a sua distribuição regional pormenorizada, a qual evidencia uma localização concentrada nas regiões extremas — norte e sul — do continente e eventualmente noutras áreas de maior concentração populacional e sede de indústrias tradicionais em declínio, verificamos que, a nível global, as taxas de desemprego aumentaram de 2,9% em 1975 para quase 11% em 1986.

Atendendo a que os estratos populacionais mais afectados por este fenómeno são os jovens — e dentro destes as mulheres jovens — compreendem-se os esforços encetados pelos governos destes países no sentido de promoverem uma política que favoreça a igualdade de oportunidades para ambos os sexos e que ajuste, em termos de eficácia global dos sistemas educativos, os seus programas de formação às necessidades da era tecnológica que atravessamos e às necessidades reais do vasto mercado comunitário de 1993.

Apesar dos esforços encetados muito há ainda a fazer. As relações entre os dois sistemas englobam aspectos qualitativos, e igualmente quantitativos, relacionados não só com os gastos mas também com o total de quadros a for-

mar, o que constitui uma das questões básicas do planeamento estratégico e do planeamento educacional de forma a evitar que o equilíbrio que se pretende estabelecer a nível do sistema educativo não venha a provocar distorções noutros sistemas sociais.

Tal divórcio é menos evidente com o sistema político uma vez que este, ao promover a democratização do ensino ou ao incentivar a participação dos cidadãos nos diversos actos sociais e na governação do sistema, não esquece a necessidade de formação dos seus quadros (élites) nem o processo de socialização política de que alguns destes estratos carecem. Trata-se de um processo de troca recíproca com o sistema educativo uma vez que, como o reconhece Musgrave⁽²⁸⁾, *aquele ... fornece o dinheiro com que adquirir os recursos materiais e os professores, dando, além disso, legitimidade às escolas do sistema e àqueles que as governam; em troca, a política recebe, em nome da nação, a fidelidade e efectivos de pessoal com variadas competências, em especial políticas e económicas.*

Para que o diálogo progrida de forma harmoniosa, o sistema político cria os seus próprios mecanismos de supervisão (e tantas vezes de contróle), dando assim continuidade a uma certa ordem que apenas em casos extremos, de situações revolucionárias por exemplo, rompe com o passado.

Mesmo nos sistemas mais abertos, a omnipresença do poder político não deixa de se manifestar através, quer de uma acção manifesta de tutela absoluta por via orçamental, administrativa e pedagógica (caso dos diversos tipos de currículo, oficial e oculto, que coexistem em todos os sistemas de ensino), quer ainda pela influência relativa dos outros agentes de socialização (em particular dos meios de comunicação social) afectos ao sistema. Trata-se, com efeito, de uma acção de contróle social de forma ténue, ou mais intensa sob a forma de propaganda do regime, tão do gosto de alguns regimes políticos dos nossos dias.

De qualquer forma também nos regimes democráticos a função política da educação não deixa de promover nos cidadãos a aquisição de um certo número de princípios fundamentais relacionados com a convivência e a participação democráticas, favorecendo ainda a consciencialização dos seus direitos e deveres em diferentes níveis.

Como todos reconhecemos, a consolidação destes princípios, iniciada na escola, continua pela vida adulta, comprovando quão complexo é o processo de socialização inicialmente exposto e como difícil se torna indicar, no seu conjunto, a relevância de um único meio de socialização.

Ao retermos esta última função da educação, não devemos esquecer muitas outras que têm sido assinaladas por diversos autores e que nos apresentam um

quadro de paradigmas bastante vasto dos objectivos da educação e da própria escola, num contexto evolutivo de necessidades e de valores que identificam os sistemas sociais e educativos nos nossos dias.

Entre aquelas funções destacamos ainda a de selecção social a qual, a pretexto de separar o trigo do joio, os bons dos maus alunos, mais não faz, tantas vezes, do que agravar as desigualdades sociais, económicas, culturais e outras de que os alunos são portadores quando ingressam no sistema de ensino.

Nestas circunstâncias, a escola mais não faz do que perpetuar e agravar as desigualdades já existentes, prosseguindo assim com uma função selectiva que deverá ser posta em causa uma vez que se apoia não na meritocracia absoluta, mas nas diferenças sociais, nas aspirações, no tipo de informação e de socialização herdadas pelos alunos, certificando os diversos tipos de aprendizagem de acordo com a herança cultural e não com as suas capacidades individuais.

Como já notámos, a função de selecção desempenhada pela escola põe em causa os esforços de democratização do ensino e o processo de mobilidade social, uma vez que joga a favor da manutenção e legitimação da sociedade em classes e grupos sociais. Recupera-se assim a imagem da selecção dos mais aptos que nos foi legada por Darwin, desempenhando na actualidade a escola esse mesmo papel de filtro no qual, por iniciativa própria — auto-eliminação — ou em resultado do seu esforço — aproveitamento escolar — ficam retidos muitos alunos.

Uma primeira justificação para este mesmo facto encontramos-la nas diferenças de capital cultural (ou herança cultural, constituída não só pelo domínio da língua mas ainda pelos hábitos e valores transmitidos), a qual joga a favor da população oriunda das classes sociais mais abastadas, a que possui maiores créditos desta natureza.

Ao prosseguir este modelo de selecção diferencial, a escola acaba por perpetuar uma determinada realidade social, decalcando as mesmas condições culturais, humanas e materiais que caracterizam uma determinada sociedade. Como assinala Cabanas⁽²⁹⁾, tal facto permite que aquela continue a reproduzir o modelo da sociedade através da *auto-reprodução da escola como instituição educativa; da selecção-distribuição dos alunos e da criação do consenso*.

Verifica-se desta forma, que a escola, ao agravar as desigualdades já existentes, ao reproduzir o próprio sistema, compromete o processo de democratização e a mobilidade social que deveriam acompanhar o progresso económico e social que desejamos ver prosseguir na actualidade.

Tal como o reconhece Loureiro⁽³⁰⁾, ... *apesar da unificação dos estudos, apesar do prolongamento da escolaridade básica, apesar de se terem protelado as decisões*

de orientação... as desigualdades sociais e pedagógicas continuam de tal forma que *as desigualdades mais que a resolver-se, acentuam-se*, mostrando assim o fracasso da *democratização do ensino*, tema que retomaremos noutra parte do nosso trabalho.

Estas considerações põem em causa os esforços desenvolvidos pelos sistemas educativos no sentido de reduzirem as desigualdades herdadas pela população escolar, através de medidas tendentes à promoção do sucesso e da democratização do ensino, nem sempre conseguidos, devido não só às capacidades dos alunos, mas ainda a factores de natureza institucional ligados à dinâmica e à organização interna dos sistemas e das instituições educativas. Este facto vem ainda comprovar que embora acolhendo um número cada vez maior de cidadãos, a escola não teve em atenção as suas diferenças nem alterou, devido, certamente, ao próprio fenómeno de massificação — ou eventualmente ao peso de determinados conceitos de cariz mais tecnocrático — a sua estratégia de intervenção pedagógica.

Embora de grande relevância, conhecemos bem os entraves que se levantam ao cumprimento pleno das funções anteriormente enunciadas, devido não só à massificação escolar, mas ainda às enormes contradições motivadas pela falta de articulação horizontal e vertical dos programas, à configuração geral do sistema educativo e ao clima da escola resultante não só do interesse dos alunos e professores, mas também da degradação geral do estatuto e das funções do professor, que contrariam as suas aspirações e necessidades.

Este constitui um dos requisitos fundamentais para o êxito de algumas reformas educativas as quais, promovendo as inevitáveis alterações curriculares, as necessárias modificações de gestão e organização do sistema e o reclamado diálogo com a comunidade, esquecem a intervenção e o papel relevante dos principais elos de ligação e agentes educativos, que são os professores, sujeitando-os a um estatuto social pouco compatível com a formação e tipo de qualificação adquiridas.

Sendo, como é, um fenómeno universal, tal não deixa de comprovar o plano secundário a que se relega hoje o sector da educação, mercê de uma opinião unânime de que este não cumpre, na sua globalidade, as funções sociais que lhe competem...

A juntar a estas situações, poderíamos ainda acrescentar a ineficácia de diversas medidas de política educativa que não tendo em conta a especificidade, local e regional, nem tão pouco os princípios elementares do planeamento estratégico, mas, outrossim, prosseguindo ainda com os modelos do planeamento centralizado (obedecendo a padrões educativos extremamente rígidos), que

entravam as possibilidades de desenvolvimento harmonioso dos alunos e as aspirações dos docentes, impedindo o exercício pleno de uma das actividades mais nobres ligadas à educação.

1. 4. A SOCIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

Entre as várias funções anteriormente assinaladas, a socialização é, sem dúvida, a que reveste maior interesse, uma vez que dela dependem a maior parte das aprendizagens que estão na base do desenvolvimento pessoal e humano de qualquer indivíduo. Daí, portanto, a atenção que lhe dedicamos procurando realçar, uma vez mais, a sua dependência do meio, definido por Dewey⁽³¹⁾ como sendo o conjunto de *condições que promovem ou dificultam, estimulam ou inibem as actividades características de um ser vivo*.

Não esqueçamos, em primeiro lugar, que as condições histórico-culturais bem como as mudanças técnicas e económicas determinam a configuração geral de qualquer sistema educativo. E dentro deste, a natureza e o teor das aprendizagens dos alunos.

Como também já referimos, a socialização constitui uma das funções primordiais da escola, na qual é adjuvada por outros agentes como a família, os meios de comunicação social, os grupos de colegas e amigos, cada um dos quais vai promovendo, a seu modo, a aprendizagem de um sem número de papéis, de valores e de outros conceitos básicos que favorecem a integração do indivíduo no tecido social que o rodeia. De acordo ainda com Cabanas⁽³²⁾ participam também neste processo de socialização — sistemática e intencional — as associações, as entidades profissionais e a comunidade, as quais lhe conferem um carácter institucional distinto do que resulta da aprendizagem espontânea, fruto da experiência anterior.

Como sabemos, uma das formas de conhecimento da integração do indivíduo nos diversos aspectos da vida social é feita através da análise do comportamento individual, o qual pode apresentar-se bastante distorcido, fora das margens de tolerância sociais, fenómeno genericamente designado por desviância.

Sem pretendermos discutir, nesta oportunidade, a razão e a natureza dos chamados comportamentos desviantes, lembramos apenas que existem, no entanto, vários factores ambientais — de natureza biológica, social e cultural — que condicionam o desenvolvimento da personalidade do indivíduo e, por conseguinte, a aquisição das regras e dos conceitos veiculados quer pelos sistemas educativos, quer ainda pelos restantes agentes de socialização. Na verdade, para além dos atributos individuais resultantes da constituição genética, que são transmitidos hereditariamente, sabemos que a aprendizagem resulta sempre de uma interacção mútua, envolvendo pessoas e grupos distintos. Tal

entendimento terá levado Durkheim a definir a educação com sendo a *acção exercida por uma geração sobre outra*, acção esta facilitadora da estabilidade e do progresso social.

Como facilmente entendemos, dada a heterogeneidade e a composição diferenciada dos vários grupos sociais, este processo de socialização não é uniforme, donde podemos inferir a importância da chamada função igualizadora da educação e a necessidade da realização de grandes investimentos que permitam uma melhoria significativa das condições actuais de ensino e de aprendizagem, superando assim as marcas individuais dos alunos de modo a proporcionar-lhes um adequado e harmonioso desenvolvimento humano.

Embora de forma distinta, a importância dos diferentes agentes de socialização nem sempre consegue superar esses traços pelo que, mesmo numa sociedade igualitária, a herança cultural dos alunos constitui, como já notámos, um dos factores de diferenciação nas escolas, traduzindo-se na prática por um acentuar dessas desigualdades. Contudo, uma das primeiras tarefas da instituição escolar deveria ser, neste contexto, a descoberta das diversas aptidões individuais, garantindo posteriormente a superação dessas diferenças. Para tanto concorrem, juntamente com a escola, os restantes agentes de socialização, nomeadamente os meios de comunicação social, cujas funções se têm alterado nos últimos anos em consequência do seu grau de aperfeiçoamento, evolução e expansão, em todos os quadrantes do globo.

Em quaisquer dos casos, porém, o incremento das novas tecnologias de informação e a sua aplicação ao ensino não deixa de acompanhar o processo complexo de industrialização-urbanização, responsável por uma alteração constante dos valores e das práticas sociais, da modificação do habitat urbano e da massificação das grandes cidades. Geralmente reconhecido é que, na maior parte destes centros urbanos, principalmente nos de maiores dimensões, os habitantes estão sujeitos a tensões constantes, vivem anónimos, frustrados e inseguros, tantas vezes em consequência da quebra dos valores tradicionais onde a solidariedade e a defesa de interesses comuns promovia uma maior aproximação dos cidadãos.

As mudanças que se têm operado nesta sociedade de massas, cujos efeitos se fazem sentir não só a nível da organização social mas também do comportamento individual, tem alterado muitos dos papéis e das funções das instituições sociais, onde se conta a família, alterando assim o seu contributo no fenómeno de socialização.

Recordando a importância desta instituição social neste processo, diremos, como Musgrave⁽³³⁾, que *do mesmo modo que os que se tornam membros de qualquer*

grupo necessitam de aprender os hábitos deste, também os novos membros da família têm de ser socializados nos papéis que respeitam ao estádio do ciclo vital por que estão a passar. Daí que a sua importância ultrapasse largamente as funções essencialmente económicas, relativas à subsistência individual de cada um dos seus membros, permitindo a reprodução de um conjunto de valores e ensinamentos práticos que asseguram a formação da personalidade da criança e a sua integração no grupo que a acolhe.

Note-se que constituindo esta uma das primeiras instituições sociais, a sua importância como factor de educabilidade da criança é fundamental uma vez que a sua acção não poderá exercer-se isoladamente, mas cada vez mais em sintonia com as restantes instituições sociais. Esta ocorrência tem vindo assim a contribuir para que a educação perca o carácter *privado e doméstico* que inicialmente lhe assinalou Durkheim⁽³⁴⁾.

É certo, porém, que a relação entre os diversos agentes de socialização nem sempre se consegue levar a cabo sem conflitos (manifestos ou latentes), derivados da interacção entre os múltiplos agentes que com a família desempenham um papel fundamental no enquadramento social destas crianças. Contudo, os valores que muitas vezes estes cultivam nem sempre são idênticos aos que prevalecem no seio da célula familiar, dando assim origem a desajustes que se repercutem em desvios do comportamento individual e social.

Retomando o tema inicial, o da importância da família como agente de socialização e o das suas funções na actualidade, logo nos apercebemos que, dada a redução contínua da constelação familiar consequente ao processo da revolução industrial, este grupo passou a ter funções distintas das que outrora lhe eram atribuídas no seio das famílias alargadas das sociedades tradicionais. Prevalecem, no entanto, certas funções básicas que Murdock lhe atribuiu como a sexual, a económica, a reprodutora e a educativa.

Repare-se ainda que sendo a família uma entidade dinâmica, *alterando constantemente a sua estrutura interna e sofrendo as alterações da sociedade que a engloba*⁽³⁵⁾, muitos destes atributos têm vindo a modificar-se, parcial ou totalmente, à semelhança, aliás, do que tem sucedido com outras instituições sociais. Tal facto traduziu-se não só numa mudança dos papéis desempenhados pelos diversos elementos do grupo, mas ainda numa alteração dos valores construídos a partir dos novos padrões de civilização urbana, impostos não só pelas novas regras de convivência mas, tantas vezes, pelos próprios meios de comunicação social.

Para além destas causas, a gradual emancipação da mulher e a sua participação, cada vez mais notória, em todas as actividades profissionais, tem

igualmente alterado o predomínio exclusivo da família em certos domínios da socialização das crianças, remetendo cada vez mais esse papel para as instituições, públicas e privadas, de educação pré-escolar. É o caso, por exemplo, do ensino das primeiras letras e o ensino das aptidões básicas necessárias à angariação da subsistência numa comunidade moderna que passou para o sistema educativo.

Recordamos ainda que sendo a educação um dos factores principais de promoção do desenvolvimento humano, de mobilidade social, e do desenvolvimento global da sociedade, os sistemas educativos devem favorecer a intervenção de outros meios de socialização que facilitem a acção do próprio agregado familiar. É o caso, por exemplo, do recurso aos meios de comunicação áudio-visual, cada vez mais divulgados no ensino formal e dos quais se espera, se devidamente utilizados, uma acção facilitadora da aprendizagem.

Embora não se podendo individualizar um único efeito ou consequência dos mass media, não deixamos de realçar a sua importância no processo de desenvolvimento e nas aprendizagens dos alunos, veiculando diversos tipos de mensagem e estereótipos, que são captados de forma diversa consoante o tipo de personalidade, a experiência do indivíduo e o seu envolvimento no grupo a que pertence. Em quaisquer dos casos, porém, os processos de socialização primária têm-se alterado mercê da concorrência de vários outros agentes, superando assim o papel tradicional da família neste processo de aprendizagem de papéis e de funções, que preparam o indivíduo para a vida adulta.

Da mesma forma também o desenvolvimento social e a inovação tecnológica, alargando cada vez mais os horizontes e a informação à escala planetária, têm vindo a favorecer todo o processo de socialização, nomeadamente a socialização antecipatória, coadjuvando a acção da própria escola na transmissão de normas e padrões de comportamento humano numa sociedade complexa em constante mutação.

Notas do Capítulo I

1. UNESCO; 1990
2. idem; ibidem
3. ROCHER; 1981; [3]; 143
4. RASSEKH e VAIDEANU; 1987; 35
5. DURKHEIM; 1980; 48
6. idem; ibidem; 51
7. cf. RASSEKH e VAIDEANU; 1987; 93
8. idem; ibidem; 141
9. idem; ibidem; 149
10. CABANAS; 1986; 59
11. DURKHEIM; 1980; 41
12. idem; ibidem; 45
13. idem; ibidem; 58
14. CABANAS; 1989; 21-22
15. idem; ibidem; 22
16. DURKHEIM; 1980; 51
17. WORSELEY; 1977; 207
18. MUSGRAVE; 1984; 33
19. MAUSS; 1969; 16
20. DOMINGOS e al.; 1986; 30
21. RASSEKH e VAIDEANU; 1987; 155
22. LOUREIRO; 1985; 17
23. CABANAS; 1989; 18
24. in: MUSGRAVE; 1984; 407
25. BIROU; 1978; 21
26. cf. ROCHER; 1981
27. MUSGRAVE; 1984; 350
28. idem; ibidem; 306
29. CABANAS; 1984; 141
30. LOUREIRO; 1985; 15
31. in: CABANAS; 1989; 112
32. idem; ibidem; 94
33. MUSGRAVE; 1984; 45
34. DURKHEIM; 1980; 58
35. WORSELEY; 1977; 181

2. 1. A ESCOLA NA SOCIEDADE: ALGUMAS RELAÇÕES

Algumas das funções que anteriormente assinalámos para a escola e, bem assim, o contributo que esta deve desempenhar no processo de socialização dos alunos, levam-nos a encarar como necessária uma reflexão acerca das relações entre a escola e a sociedade, tendo em conta as suas características específicas como instituição social e educativa. Interessa no entanto recordar que algumas das funções que identificavam, no passado, a instituição escolar, ter-se-ão entretanto alterado. Estas modificações devem-se não só à evolução da própria sociedade mas ainda à concorrência de outros factores, nomeadamente à enorme divulgação dos diversos meios de comunicação social que em muitos domínios passaram a desempenhar uma acção não só complementar, mas concorrente com a velha instituição escolar.

Dá que tendo especialmente em conta o seu contributo no ensino formal, a escola continue a cumprir algumas das funções que a identificam não só com as organizações sociais em geral mas ainda com as instituições em particular. Como sabemos, para além de agruparem indivíduos com os mesmos interesses e tarefas, estas reconhecem-se ainda por facilitarem *aos membros de um grupo a satisfação adequada das suas necessidades e interesses favorecendo, da mesma forma, as suas relações sociais*⁽¹⁾.

Compreende-se, desta forma, que a instituição escolar apresente um conjunto de atributos que a aproximam, por um lado, de qualquer outra instituição e organização social e, por outro, lhe confirmam um certo número de atributos específicos das organizações de carácter pedagógico.

Entre estes salientamos não só a organização dos currícula escolares, mas ainda o modo de funcionamento interno da instituição, a divisão do trabalho social, a partilha dos tempos lectivos, bem como a sua diferenciação pelos diversos níveis de ensino e grupos etários. Estas condições favorecem a pros-

secação de um certo número de objectivos comuns definidos não só internamente, mas ainda em consonância com os grandes objectivos consignados na lei de bases de qualquer sistema educativo.

Contudo, a procura crescente da educação e a diversificação das funções da instituição escolar põem em causa alguns dos seus objectivos, favorecendo o aparecimento de um certo número de críticas relacionadas não só com a eficiência e o funcionamento interno dessa instituição, mas ainda com a eficácia de todo o sistema o qual, no dizer de Loureiro⁽²⁾, reproduz *um determinado figurino* que se ajusta ao modelo social a preservar.

Sobre o modelo social da própria escola se dirigem algumas das críticas mais contundentes formuladas por Illich (1976), por Baudelot e Establet (1974) e Althusser (1974), quer sobre a necessidade e o processo de descolarização social, quer sobre a função reprodutora da própria escola, principalmente no caso da educação formal.

Com já acentuámos, é cada vez maior, hoje em dia, a articulação entre a educação formal e os diversos tipos de educação não formal e informal, em particular desta última que, no dizer de Garcia⁽³⁾ se desenvolve, essencialmente, através das relações entre o indivíduo e o seu *ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural*. Daí que a instituição escolar (da educação pré-escolar ao ensino universitário) se tenha tornado, por razões várias, cada vez menos a torre de marfim, como era considerada nas sociedades tradicionais.

As críticas à sua organização e funcionamento passaram a ser constantes, e os reparos à sua eficácia testemunham ainda mais a sua fraqueza em quaisquer dos contextos sociais em que ela se insere. Por estas razões impõe-se a quebra do isolamento em que esta se encontrava e o aprofundar das suas relações com o meio extra-escolar de forma a permitir a convergência possível das educações paralelas nas quais concorrem, a par do ensino formal, a educação não formal e a informal a que anteriormente nos referimos (Figura 1).

Em aditamento ao que já dissemos, clarificamos ainda o enunciado destes dois últimos tipos de educação extra-escolar: na educação não formal, os conteúdos da educação compreendem todos os conhecimentos complementares, em função dos interesses do indivíduo, adquiridos através das actividades extra-escolares participadas pelos alunos. No caso da educação informal (ou paralela), os seus conteúdos abarcam todas as informações recolhidas fora da escola, mesmo sem qualquer ligação aparente com as matérias que aí são leccionadas.

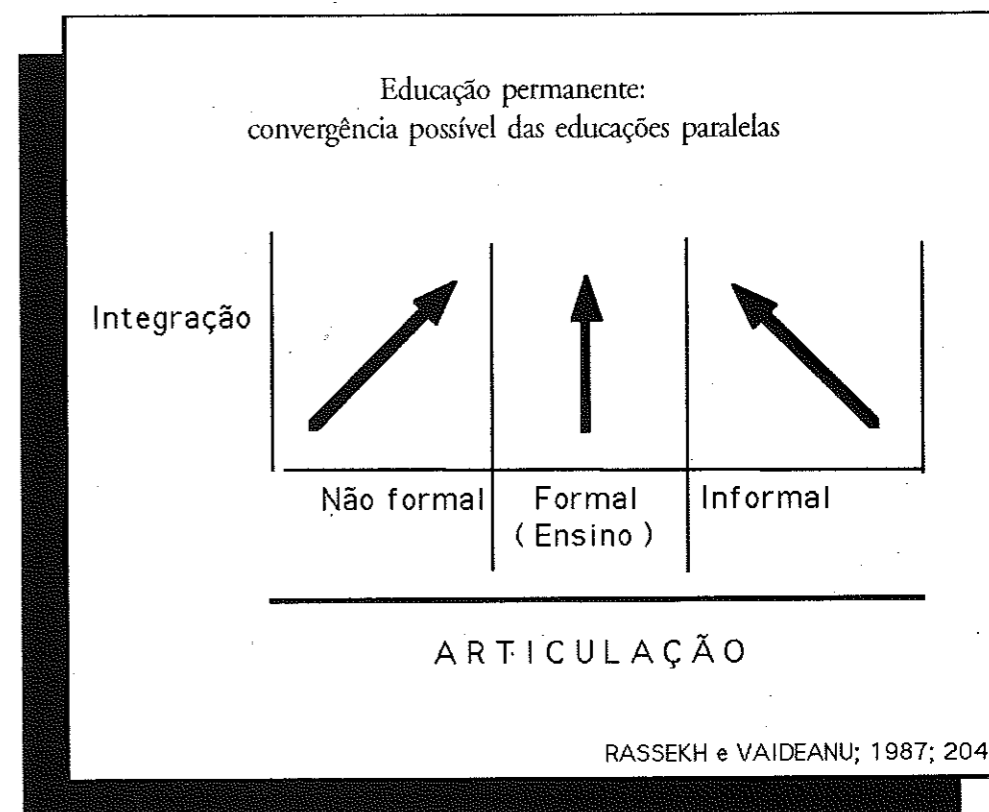


Figura 1

Precisando algumas destas noções diremos ainda que, contrariamente à educação formal, da qual fazem parte os conteúdos incluídos nos programas escolares (por natureza diversificados e coerentes...) sistematicamente ministrados e avaliados pelos docentes, a educação não formal, ou extra-escolar, abarca todo um conjunto de actividades, de natureza opcional ou facultativas, desenvolvidas fora da escola. Note-se que este conjunto de conhecimentos é geralmente identificado como fazendo parte da escola paralela, a qual dispõe de numerosos canais educativos dos quais fazem parte os diversos media.

Pelo contrário a chamada *educação paralela* (ou, para alguns autores, *educação informal*)⁽⁴⁾, engloba os conhecimentos adquiridos geralmente fora da instituição escolar, sem finalidades pedagógicas, sendo veiculada pelos mais diversos meios e agentes de ensino e socialização, que concorrem com a instituição escolar.

Duma forma mais vasta, a chamada educação paralela aglutina, assim, todos os conhecimentos que o indivíduo vai adquirindo ao longo da sua vida e que

lhe permitem (ou comprometem...) a sua integração no grupo a que pertence. Daí que a articulação dos diversos tipos de conhecimentos seja uma realidade, acabando estes por se integrar estimulando o desenvolvimento dos diversos modelos de educação permanente.

Repare-se que a persistência destes diversos tipos de educação põe em causa os métodos tradicionais de ensino-aprendizagem, centrados no papel do professor, bem como as funções tradicionais da própria escola enquanto agente primeiro de transmissão do saber. Da mesma forma a concorrência daqueles factores põe ainda em causa a orientação monolítica dos seus programas e a sua acção como principal agente de promoção e mobilidade social, como decorria nas sociedades de tipo tradicional. Entre outras características estas identificavam-se por taxas mínimas de escolarização, por uma divisão restrita do trabalho social, pelo peso excessivo da população rural e por uma estratificação acentuada da própria sociedade.

Estabelecido o diálogo entre a instituição escolar e a comunidade local, a escola vê-se assim envolvida por um cenário diversificado e por uma teia de numerosas relações que a obrigam a reflectir sobre a realidade física, humana, económica e social circundante, introduzindo muitas das valências do exterior no seu quotidiano.

E outra coisa não seria de esperar, uma vez que, do ponto de vista funcional, a rede escolar não é indiferente a um sistema complexo de lugares centrais, hierarquizados, com características e funções bastante distintas, nem tão pouco das diferentes camadas ou níveis da realidade social que constituem objecto de estudo da sociologia e das outras ciências sociais.

Recorde-se ainda que sendo a população que frequenta a escola recrutada na sua área envolvente e, principalmente, nas áreas de maior acessibilidade física, aquela não deixa de transportar para dentro dos muros da instituição educativa todo um conjunto de valores e de tradições culturais, ao mesmo tempo que leva para o seu exterior alguns (muitos?...) ensinamentos que devem favorecer (ou podem, eventualmente, comprometer...) a sua aproximação ao grupo a que pertence.

Embora desejando-se o mais integrada possível na comunidade local, a escola não deixa de sofrer as influências mais díspares e as tensões mais controversas oriundas não só do seu corpo interno (corpo docente, discente e funcionários), mas ainda das outras instituições e sectores que compõem a própria sociedade. Por algumas destas razões, e à semelhança do que sucede com qualquer outro organismo, sobretudo quando este se encontra debilitado, a escola mantém-se cada vez mais sujeita a um grande número de pressões internas e externas,

as quais reduzem ainda mais a sua eficácia e o poder de intervenção que lhe auguraríamos, sobretudo em pequenas comunidades.

Embora com algumas nuances resultantes, principalmente, dos esforços de renovação dos sistemas educativos e da alteração dos figurinos de gestão actuais, não deixaremos de considerar que uma maior abertura da escola à comunidade exige não só uma ampla renovação das mentalidades, mas ainda uma alteração significativa dos modelos e das concepções de gestão dos sistemas educativos. Estas alterações do modelo de gestão dos sistemas educativos deveriam atenuar as influências do já ultrapassado modelo centralizado de raiz napoleónica, substituindo-o por uma nova configuração administrativa, que favoreça uma maior participação da comunidade local, animada pelo projecto educativo das suas escolas.

A este respeito não podemos ainda esquecer que, dada a sua aparente fragilidade, a instituição escolar tornou-se, hoje em dia, numa presa apetecida pelos diversos aparelhos ideológicos os quais, esquecendo as virtudes elementares do pluralismo e da convivência democráticas a atrofiam cada vez mais deixando-lhe um espaço de actuação bastante reduzido, que em muitas circunstâncias não extravaza os muros da própria instituição.

2. 2. O SISTEMA EDUCATIVO E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE ACTUAL

A apreciação de algumas das funções da educação, esboçada anteriormente, fez-nos recordar, para além das chamadas funções manifestas que então assinalámos, um conjunto de outras funções menos evidentes, mas que não deixam de estar implícitas na organização dos sistemas educativos. Entre elas realça-se, apenas, a de doutrinação política que, de forma explícita ou mais atenuada, prepara a população escolar para a aceitação de um conjunto de princípios e de valores — de ordem filosófica, estética, moral e cultural — que garantem a continuidade de um determinado sistema político.

Exemplos desta natureza são sobejamente conhecidos em regimes de tipo ditatorial ou mesmo noutros sistemas aparentemente mais democráticos, mas nos quais nem sempre tem sido possível expurgar dos programas de ensino uma pesada carga ideológica, facto que se tem repercutido no funcionamento quotidiano das instituições e do próprio sistema escolar.

Este tipo de análise não deve perder de vista as expectativas criadas em torno do sistema educativo, no sentido deste favorecer a estabilidade social promovendo o desenvolvimento harmonioso da personalidade e a abertura necessária à inovação e à mudança. Para tanto reconhece-se como fundamental que a escola assegure, não só um ensino de qualidade e a transmissão de valores e de conhecimentos indispensáveis para a estabilidade social, mas que saiba ainda promover o desenvolvimento de capacidades e atitudes, individuais e colectivas, que acelerem a mudança.

Por estas e outras razões reconhecemos que a educação é um fenómeno essencialmente social, não só pelo contexto em que se desenvolve, mas ainda por acção de um conjunto de factores, intrínsecos e externos ao sistema, que promovem essa ligação, a qual se deseja o mais estreita possível entre os conteúdos educativos e as componentes da crosta exterior da sociedade em que aquela se insere.

Mas tratando-se de um fenómeno essencialmente social, a educação não deixa de ser igualmente considerada como um fenómeno económico, não só pelo montante dos inputs que necessita, mas ainda pela quantidade e qualidade de investimentos que garantem o funcionamento dos sistemas educativos, o qual se deseja o mais harmónico e funcional possível.

Contudo, a educação possui um valor económico de inegável qualidade uma vez que propicia, não só em termos de mentalidades mas ainda de preparação para a vida activa, uma inserção no mundo exterior. Daí, portanto, o reconhecimento da sua utilidade, não só como investimento mas igualmente como um bem de consumo, na qual as sociedades *baseiam a sua promoção e o seu progresso*⁽⁵⁾. Desta forma é válido que a possamos considerar, não só como um mero serviço de bem comum, mas uma poderosa indústria que hoje em dia se espalha e diversifica ganhando cada vez mais adeptos entre os entusiastas do sector privado.

Porém, como indústria que é, todos lhe reconhecemos o seu papel como promotora do desenvolvimento económico, social e humano, como geradora de conflitos e tensões entre diversos corpos e como facilitadora da mobilidade social. Mesmo assim, a raridade de certos bens e equipamentos educativos impede esse consumo de massas, que à semelhança do que se verifica com outros serviços, deveria apoiar a enorme procura social registada em certas regiões e graus de ensino.

Algumas razões justificam esta contradição entre a enorme procura e a raridade da oferta de certos serviços educativos: os elevados custos de investimento laboratorial e de equipamentos impedem a proliferação de centros de investigação em determinados domínios e a leccionação de cursos em que as componentes técnicas e tecnológicas tenham maior peso.

O mesmo não sucede, porém, com as disciplinas e os cursos de ciências sociais e de humanidades, nos quais esses gastos são menos relevantes, contribuindo desta forma para a sua expansão crescente. É, aliás, o que se pode verificar não só em Portugal, mas no conjunto dos países da C. E., onde mais de um quarto dos alunos do ensino superior frequentava, nos meados da década de oitenta, cursos de letras e ciências sociais em detrimento dos cursos de engenharia, de ciências exactas e de ciências da natureza.

Da mesma forma o aumento da procura do ensino em cursos que não estejam directamente relacionados com as actividades produtivas, afectando por isso a sua absorção imediata pelo mercado de trabalho, não deixa de lhes conferir um estatuto laboral de certa inferioridade e de pôr em causa os conteúdos do ensino e a oportunidade de certos investimentos. Daí que seja cada vez mais reconhecida a vantagem de uma formação polivalente que habilite a população escolar a uma interpenetração e adaptação constante a novas tarefas profissionais.

Sem pretendermos discutir a estruturação e a coerência de certos conteúdos do ensino, reconhecemos, mesmo assim, que a educação deverá ser conside-

rada não só como um bem de consumo, mas ainda como um factor de investimento. Neste sentido, a qualidade dos outputs (número e qualificação dos alunos e diplomados e a sua adequação ao mercado de trabalho, etc.) depende largamente da natureza e do tipo de investimentos canalizados não só para este sector, mas ainda para outros sectores de formação, os quais, embora subsidiários ou mesmo complementares, estabelecem com aquele uma certa relação de dependência e de compromisso face aos grandes objectivos a atingir.

Se atendermos ao caso específico português, tais objectivos poderão consubstanciar-se na *garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade*⁽⁶⁾.

Para tanto interessará definir, não só os indicadores de diagnóstico da situação, mas ainda analisar os seus resultados juntamente com as metas e as estratégias globais do planeamento, nomeadamente as do planeamento estratégico e educacional, de forma a garantirem uma perfeita harmonização de interesses entre o cidadão comum, o poder político e os diversos sectores da vida nacional.

Esta tarefa é, sem dúvida, uma das mais difíceis de conseguir, se quisermos privilegiar o homem como padrão e centro dos fins educativos, como *autor-actor do seu destino* e não como uma peça anónima de um amplo sistema de relações e de jogos do poder, nos quais acabou por perder a sua posição heliocêntrica.

Retomando ainda o caso português, diremos que algumas destas preocupações estão consignadas nas grandes linhas da reforma do sistema educativo a qual, de acordo com o texto da C. R. S. E.⁽⁷⁾, assenta num conjunto de pilares fundamentais.

São eles:

- *a concepção de uma escola pluridimensional, orientada para a prossecução do sucesso educativo de cada um;*
- *elaboração de uma organização curricular, marcada por preocupações de modernidade, sentido de utilidade e respeito pelos valores da cultura portuguesa;*
- *a racionalização da administração da educação, orientada por uma decidida descentralização regional e institucional e por um sentido participativo alargado;*
- *o desenvolvimento de um subsistema de formação técnica e profissional...;*
- *a adopção de novos modelos de formação e gestão dos agentes educativos...*

2. 3. A CONFIGURAÇÃO DOS SISTEMAS EDUCATIVOS

Não podendo situar-se fora de um determinado contexto político, económico e social, o sistema educativo deve, antes de mais, ser considerado como uma rede de interacções complexas, que o obrigam a ter em conta a realidade social envolvente, de forma que este não seja considerado como uma ilha no seio dos restantes sistemas sociais.

Desta forma e muito embora todos reconheçamos a necessidade de uma relação estreita entre a instituição escolar e a comunidade, em particular com as outras instituições que se encontram no mesmo nível de relação (nível horizontal) e com o tecido social e produtivo da região onde aquela se localiza, não devemos esquecer as relações, igualmente aprofundadas, que a instituição escolar mantém com os restantes serviços (regionais e locais) pertencentes ao mesmo ministério (relação de tipo vertical).

Ainda que indispensável, nem sempre este tipo de relação hierárquica se desenvolve sem dificuldades, que por vezes ensombream não só o relacionamento vertical existente entre os diversos órgãos, mas ainda o seu funcionamento, participação e a capacidade de intervenção pedagógica e cultural da instituição escolar.

Este tipo de reflexão sugere-nos outros considerandos acerca das relações que o sistema educativo estabelece com os outros sistemas sociais, principalmente com o sistema económico e o sistema produtivo. Com o primeiro pensamos, essencialmente, no seu contributo para a formação de quadros promotores do desenvolvimento económico e social capazes de aumentarem a riqueza de um país e, por conseguinte, uma melhoria significativa das condições e da qualidade de vida dos seus habitantes, através da elevação do P. N. B. e da sua repartição pelos diversos cidadãos.

Quanto às relações com o sistema produtivo, pensamos essencialmente na responsabilidade que cabe ao sistema educativo em formar quadros para os diversos sectores de actividade, formação esta que deve garantir uma especialização adequada ao processo de desenvolvimento industrial, cultural, científico e tecnológico reclamado pelas sociedades contemporâneas.

Esta tarefa, sem dúvida algo difícil de ultrapassar, levanta um sem número de questões de ordem política, relacionadas, principalmente, com as opções de crescimento sectorial e de desenvolvimento global da própria sociedade, questão difícil de superar se atendermos à constante evolução e às mutações de vária índole que diariamente se vão operando no seio das sociedades urbanas e industriais em que vivemos.

Tal facto sugere a necessidade de uma constante adequação dos planos de estudo a estas novas realidades, o que se torna particularmente difícil se atendermos às restrições orçamentais e, por vezes, à escassez de recursos humanos e materiais, que inviabilizam esse acertar do passo, constante e indispensável, que hoje em dia se exige ao sistema educativo em geral e a alguns dos seus subsistemas, em particular.

Embora justificável, entendemos não ser oportuno discutir os diversos métodos em que as previsões oficiais se fundamentam para justificar a necessidade de formação de quadros neste ou naquele sector de actividade. Recordamos apenas que esses cálculos se baseiam sempre em necessidades previsionais, referidas pelas carências de momento e nas projecções futuras desse sector, tendo em conta um determinado modelo de crescimento a médio e a longo prazo.

Em circunstâncias especiais, as necessidades de mão de obra são ainda estimadas tendo em conta determinadas flutuações, estruturais e conjunturais, que sugerem a correcção de estratégias e a superação de crises ocorridas durante o desenvolvimento de um determinado modelo ou programa de formação. Nestas circunstâncias, o desenvolvimento dos recursos humanos constitui um dos parâmetros fundamentais do desenvolvimento económico de um país, e uma das questões chave da política educativa.

Se atendermos à realidade portuguesa, as perspectivas futuras merecem, ainda, alguma reflexão uma vez que se reconhece *a tendência para um desemprego estrutural cujas causas assentam quer no desajustamento qualitativo entre as qualificações necessárias aos diferentes sectores da economia e as qualificações que uma larga faixa da população possui, quer num desajustamento quantitativo...*⁽⁸⁾

De acordo com um estudo recente do G. E. P.⁽⁹⁾, tais desajustamentos resultam fundamentalmente:

- *de um previsível decréscimo da população empregada no sector primário... decréscimo esse que resulta de um processo de modernização do sector com apreciável crescimento da produtividade e que implicará uma desafectação de trabalhadores fundamentalmente junto de estratos de população com menor nível de qualificação e mais difíceis de absorver em outras actividades...*
- *do deficiente funcionamento e estrutura do sistema educativo que nos próximos anos, e de acordo com as taxas previsíveis para o sucesso e abandono, continuará a lançar no mercado de trabalho uma grande percentagem de jovens sem qualificação, não obstante a gradual implantação da nova estrutura educativa...*

Contudo uma das questões mais controversas que hoje em dia se levantam ao(s) sistema(s) educativo(s), relaciona-se com o perfil dos seus diplomados e com o ajustamento da sua formação a uma realidade, bastante mutável, no seu quotidiano. Daí que se defenda uma maior articulação entre a escola e o sector produtivo, circunstância que facilitará não só uma maior capacitação profissional, mas ainda uma maior abertura à inovação e ao desempenho de novas actividades ligadas ao exercício de uma profissão.

Neste sentido se têm pronunciado alguns investigadores e organismos internacionais, nomeadamente a OCDE⁽¹⁰⁾ ao defender o desenvolvimento de *sistemas de formação flexíveis e adaptados aos diferentes modos de aprendizagem, individualizados e diferentes do modo de aprendizagem escolar tradicional*, que permitam a *aquisição de novas qualificações e de competências profissionais polivalentes*.

Reconhecemos, no entanto, que estas tarefas, não sendo da exclusiva competência dos sistemas formais de ensino, mas exigindo a sua articulação com outros parceiros, levantam sérias dificuldades aos sistemas educativos tradicionais que, segundo aquele organismo internacional⁽¹¹⁾ são confrontados com os seguintes problemas:

- a gestão interna do sistema;
- a preparação de diplomados confrontados com as exigências da mobilidade e da flexibilidade;
- o integrar numa dinâmica de gestão previsional os recursos humanos postos à disposição pelas empresas.

A generalização destes modelos de formação geral polivalente, não deve, no entanto, pôr em causa as funções tradicionais da educação, principalmente no que concerne ao desenvolvimento harmonioso da personalidade humana e do espírito crítico e científico, principalmente nos níveis de graduação superiores, os que em regra parecem propícios ao desenvolvimento de tais atributos. Note-se também que a associação de novos parceiros de formação não põe em causa a oportunidade dos investimentos em educação defendidos pelos habituais seguidores da teoria do capital humano.

Reconhecendo, embora, os fundamentos desta linha de pensamento, entendemos que os investimentos em educação, embora sempre difíceis de contabilizar, deverão assegurar um certo potencial de formação que garantam, no termo de um ciclo inicial de estudos, mais amplo que o da escolaridade obrigatória, o desempenho de uma actividade profissional. Tal perspectiva parece, aliás, justificar-se se atendermos à contínua divisão do trabalho social que identifica as sociedades termo-nucleares nos nossos dias.

Daqui resulta a atenção que se deve prestar aos currícula e aos planos de estudo das diversas disciplinas de forma a permitir uma melhor qualificação técnica e uma formação humana complementar que permitam essa integração imediata no sector produtivo. Trata-se, aliás, de mais um desafio que se coloca não só à instituição escolar isoladamente, mas ainda ao sistema educativo em geral, como acontecerá com o sistema educativo português, e cuja resposta deverá ser dada pelo conjunto de medidas de política educativa, em estreita relação com as de política global acertadas para o país. A este respeito, defende o G. E. P.⁽¹²⁾, as seguintes medidas:

- *articular as estratégias do desenvolvimento da educação às necessidades e estratégias dos outros sectores;*
- *associar... as competências técnicas e as instituições políticas, nacionais e regionais e mobilizá-las eficazmente na execução duma série de objectivos inseridos no plano;*
- *cultivar... a cooperação com outras instituições sociais.*

2. 4. O SISTEMA EDUCATIVO E O TIPO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A apreciação dos principais objectivos e metas de política educativa não se compadece com o eventual desconhecimento do tipo de organização e funcionamento interno do sistema educativo, nem tão pouco da sua interligação com os outros sistemas que com ele fortalecem e animam a coesão interna e a dinâmica dos sistemas sociais. Daí que seja ainda nosso interesse, antes de prosseguirmos com a apresentação e a discussão de alguns indicadores, realçar certos aspectos que nos permitam compreender, de uma forma global e coerente, não só a configuração geral do sistema educativo, mas ainda as suas relações com a sociedade no seu conjunto.

Como já foi anteriormente referido, aquele constitui uma realidade complexa, que não se pode desligar de um certo número de características geográficas, demográficas, económicas e sócio-culturais, de natureza regional e nacional, que condicionam o funcionamento e a sua eficácia interna.

Para além destas podemos ainda assinalar as que definem as suas particularidades relacionadas não só com a sua estrutura, organização e funcionamento interno, mas ainda as que põem a descoberto determinadas medidas de política educativa, as quais se deverão articular com os objectivos, as prioridades e as metas de desenvolvimento estabelecidas pelo governo.

Da mesma forma interessará ainda favorecer o tipo e o grau de participação que é concedida aos cidadãos na gestão dos sistemas educativos, para além da que lhe é conferida na escolha dos seus líderes e na discussão dos grandes problemas de âmbito nacional.

Se tivermos em conta a experiência de diversos países, em particular as democracias de tipo ocidental, reconhecemos que a participação das populações constitui um direito adquirido, sendo tanto maior quanto mais próximo delas estiverem os órgãos de decisão política. Tal prerrogativa leva-nos a considerar como desejável o processo de regionalização e de descentralização administrativas, uma vez que a redução das áreas territoriais facilitará, em princípio, a aproximação dos cidadãos aos governantes, favorecendo o exercício da própria democracia.

Por outro lado, a eventual criação de órgãos regionais tornará mais eficaz a administração pública, uma vez que se pressupõe que este processo permite a transferência de competências e de funções relevantes para os órgãos regionais aliviando, por conseguinte, o processo de decisão que anteriormente

competia ao poder central, isto é, aos órgãos de cúpula do sistema administrativo.

Não se verificando estas condições, o processo de democratização fica comprometido, uma vez que se inviabiliza a participação e o empenho das populações na resolução dos problemas que directamente lhes dizem respeito. Por outro lado a gestão participada é assim substituída pela execução; a rapidez das decisões dá lugar à morosidade do processo burocrático e a hierarquia prevalece como garante das deliberações tomadas pelos níveis superiores da administração.

Eventualmente este processo centralizado pode dar lugar a uma certa participação intermédia, por mera delegação de poderes, que não deixa, no entanto, de pôr em causa a hierarquia das decisões e a funcionalidade do sistema.

Algo diferentes são, no entanto, os processos de descentralização e de desconcentração administrativas seguidos em diversos sistemas políticos europeus e preconizados, igualmente, na actual Constituição da República Portuguesa.

O primeiro modelo pressupõe uma repartição do poder político a diversos níveis e a existência de órgãos regionais ou locais próprios, dotados de autonomia administrativa e financeira, que garantam a satisfação das necessidades colectivas de uma determinada colectividade reconhecida pelo Estado.

Pelo contrário, a desconcentração permite uma certa delegação de poderes nos níveis intermédios da hierarquia administrativa sem que, no entanto, o poder central deixe de exercer a sua acção de controlo sobre estes órgãos desconcentrados. Trata-se, com efeito, de um modelo intermédio, de compromisso entre o poder central e os escalões inferiores da administração pública aos quais são dados alguns poderes de decisão sem abandonarem, no entanto, a tutela da hierarquia que através dos canais de informação e inspecção continua presente na maior parte dos actos decisórios referentes a essa comunidade.

A eficácia deste processo poderá ser reforçado se existirem patamares intermédios de decisão e um maior diálogo entre os diversos actores, circunstância que melhorará as tomadas de decisão e o seu ajustamento às realidades locais devido à proximidade entre o sistema administrativo e o meio social envolvente.

Tomando uma vez mais como exemplo a situação portuguesa, verifica-se que não só a Constituição da República advoga a aplicação dos princípios de descentralização e desconcentração administrativas, como a Lei de Bases do Sistema Educativo, na sequência do que é estabelecido naquele texto, defende este modelo para as suas estruturas e acções educativas.

De acordo com este último texto legal, tais medidas visam *proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes*.⁽¹³⁾

Os resultados destas medidas são, por todos, bastante esperados...